

ARGUMENTOS EM FAVOR DA CULTURA

ELEMENTOS DE JUSTIFICATIVA

Em princípio, aparentemente, a cultura prescinde de defesas e justificativas. A idéia de cultura costuma ser bem-vista por todos e é normalmente associada a valores positivos e elevados. No entanto, esta visão comum e positiva da cultura é quase sempre relativizada ou neutralizada por incompreensões sobre o papel da cultura e por concepções equivocadas acerca da sua verdadeira dimensão, a começar pela idéia básica (e falsa) de que a cultura diz respeito a uma certa área da vida social e a determinado setor da ação governamental. Esta visão, preponderante tanto no âmbito do Estado quanto no da sociedade civil, inclusive no movimento cultural, abre, naturalmente, caminho para que as pessoas, não obstante percebam a cultura com positividade, desconsiderem sua importância em função de outras prioridades e de urgências diversas. Atesta-se, dessa forma, a limitação e a insuficiência dos argumentos clássicos em favor da cultura, muito bem aceitos tradicionalmente, mas ao mesmo tempo incapazes de promover a mobilização de esforços visando o desenvolvimento cultural.

Se os argumentos clássicos da cultura são bem aceitos, e são, pois de certa forma já estão mesmo incorporados na consciência coletiva, isto significa que eles devem ser explorados ao máximo e repetidos à exaustão em vista do desenvolvimento cultural. Mas, por outro lado, como eles se revelam insuficientes, é necessário também desenvolver argumentos novos em favor da cultura. E desenvolver estes novos argumentos passa, necessariamente, pela desconstrução daquelas visões e concepções que apontam para a relativização da importância da cultura pela interposição equivocada de supostas prioridades maiores da população.

Mais que isto: talvez seja recomendável que a defesa de maiores investimentos públicos (além dos privados) em cultura e de maior responsabilidade do Estado em relação ao desenvolvimento cultural seja aberta justamente com a exposição desses novos argumentos. O fato de serem novos, e portanto menos conhecidos, e de colocarem em questão concepções tradicionais e crenças arraigadas, promete-lhes um impacto que não seria obtido pelo discurso que começa desfilando afirmações conhecidas e que segue com a narração de coisas concebidas, mas que não invalidam, contudo, as idéias dominantes sobre os imperativos, as prioridades e as urgências, sociais e governamentais.

Assim, o discurso que sugerimos é um discurso incisivo, que ataque frontalmente todos os principais óbices a um maior comprometimento do poderes públicos com a cultura, apresentando-a não como fator de gasto, mas como vetor de investimento, não como indutor de despesa, mas como promotora do desenvolvimento, não como atenção a demandas elitistas, mas como meio de inclusão social, não apenas como esfera de entretenimento e lazer, mas também como espaço do trabalho e de geração de renda e emprego. Uma vez dito isto, aí sim, é a vez dos argumentos clássicos, da cultura apresentada como exercício da criticidade e da criatividade, como território da memória e da identidade, como horizonte de expansão das capacidades humanas, como motor da elevação espiritual da humanidade, e que servirão perfeitamente como fechamento, complementando, reforçando e legitimando a argumentação inicial.

As indicações feitas acima, contudo, não se constituem como imposições categóricas. Em larga medida, naturalmente, elas traduzem uma escolha formal e pessoal, devendo ser desconsideradas se prejudicam o estilo próprio de cada um. O que não pode ser desconsiderado, em nenhuma hipótese, são os elementos concretos do discurso, os argumentos que afirmam a importância da cultura para além da

estética e do universo simbólico, que critiquem crenças arraigadas e questionem supostas racionalidades, que enfrentem o debate sobre custos e benefícios.

Tais argumentos novos estão presentes, embora de forma geralmente dispersa e fragmentária, em vasta e conhecida literatura. O estudo dela possui um valor insubstituível. Portanto, as indicações que fazemos abaixo devem ser vistas como a simples proposta de um roteiro para a montagem da argumentação básica para a justificativa de iniciativas públicas com vistas ao desenvolvimento cultural, especialmente a criação de estruturas de gestão e de mecanismos de apoio e incentivo às atividades culturais. Os argumentos são propostos, na prática, como contra-argumentos, na razão em que buscam desmentir determinados mitos que impedem a cultura de avançar.

O mito da cultura como um setor

A grande maioria dos homens públicos e das pessoas em geral, enxerga a cultura como um determinado tipo de atividade, delimitando-a, geralmente, no âmbito da produção artística. Alguns alcançam uma visão um tanto mais avançada, percebendo a cultura como uma determinada esfera da vida social, que abrange as artes, mas também hábitos, costumes, tradições, crenças, aproximando-se, pois, no conceito antropológico de cultura. No entanto, a cultura não apenas não é um setor como também não é uma esfera da vida social, justamente porque tudo o que diz respeito à vida humana também diz respeito à cultura, e é por isto que o conceito de cultura é o mais compreensivo de todos os conceitos. Contra aquelas concepções reducionistas e suas naturais implicações, deve-se propor o mais importante dos argumentos, que poderíamos chamar de **argumento da totalidade: A cultura abrange todas as esferas da atividade humana, das relações sociais às técnicas de produção e de trabalho, da moral à religião, da linguagem às artes, dos hábitos e costumes ao imaginário, da ciência à filosofia. A cultura é uma construção histórica que reúne todos os resultados da experiência humana e todo o conhecimento humano.**

Enquanto persiste a visão da cultura como um setor, persiste também a conseqüente redução conceitual pela qual a cultura se coloca meramente como cultura artística, quando muito ampliando-se este limite para o campo do patrimônio histórico. Em decorrência, a idéia da falta de prioridade da cultura no âmbito dos governos, em contraposição a prioridades mais sensíveis, se justifica, se fundamenta e se legitima.

Se em termos conceituais-teóricos podemos nos socorrer com a antropologia, em termos práticos a ultrapassagem da limitação do âmbito de ação da gestão pública da cultura é um desafio imenso. Com efeito, é bastante difícil conceber em termos práticos ações governamentais para a cultura que extrapolem a promoção das atividades artísticas e a proteção do patrimônio, material e imaterial. De outro lado, porém, estas ações podem ser consideradas numa perspectiva mais ampla, se propostas não como fins em si mesmas, mas como meios para o alcance de objetivos mais gerais, conforme o que definiríamos como **argumento da finalidade: O papel da gestão pública da cultura não é, simplesmente, o de promover o desenvolvimento das atividades artísticas-culturais e resgatar e proteger o patrimônio cultural, mais sim de, através da promoção das artes e do resgate e proteção do patrimônio cultural, ampliar e universalizar os direitos culturais dos**

cidadãos na perspectiva do desenvolvimento social e humano das nossas comunidades.

O enfrentamento desse desafio, de ultrapassar os limites clássicos da administração cultural, definidos pelos objetivos de promover as artes e proteger o patrimônio encontra outras possibilidades na perspectiva da colaboração da cultura com outros órgãos da administração pública. Com efeito, a gestão da cultura pode ajudar no desenvolvimento de ações em diversos âmbitos como a educação, o turismo, o planejamento urbano, a saúde, o desenvolvimento social, etc. Tais possibilidades podem ser definidas genericamente, neste **argumento da transversalidade**: **Na medida em que a finalidade da política cultural ultrapassa os objetivos da promoção das artes e da proteção das artes e da proteção do patrimônio para alcançar o desenvolvimento pleno das comunidades, a gestão pública da cultura se coloca como instrumento de ação do poder público para incrementar atividades em todos os setores da administração e oferecer perspectivas novas para os mesmos no sentido da melhoria da qualidade da vida da população, da qualificação das relações humanas e sociais, da valorização dos espaços comunitários, da humanização da vida urbana, da abertura de alternativas de desenvolvimento econômico.**

O mito da cultura como atividade contemplativa e subjetivista

A visão da cultura como esfera particular da vida social supõe uma falsa diferenciação dos seus agentes em relação ao restante da comunidade. Frequentemente, concebe-se os artistas como um tipo especial de gente, com talento inato para a arte, sendo o processo de criação o resultado deste talento inato e de muita inspiração. Contudo, embora o talento exista e a inspiração também, o processo de criação artística é feito sobretudo de trabalho e conhecimento, quase sempre árduos, um como o outro. Se tal visão, que infelizmente grande parte dos artistas compartilha, de um lado diviniza o artista e a arte, de outro desmerece suas demandas e necessidades. É preciso, pois, romper este preconceito, até mesmo como condição para se justificar apoio e incentivo, material mais que moral, à produção cultural e artística. Propomos o seguinte **argumento do processo criativo**: **A promoção das artes e da cultura não tem por objetivo os criadores e artistas, mas tem por finalidade toda a comunidade. As criações artísticas não respondem a uma necessidade do artista apenas, mas responde a uma necessidade social e comunitária, tanto de expressão da sua singularidade histórica, quanto do reconhecimento e recriação da sua identidade. Toda obra de arte se torna possível apenas mediante conhecimento e trabalho. Por um lado, isto significa (uma vez que todo conhecimento é social e histórico, além de prático) que, em certo sentido, as criações artísticas pertencem à comunidade, antes mesmo de pertencerem ao seu autor, ou seja, antes mesmo de serem feitas. Por outro, a comunidade só pode desfrutar delas mediante o trabalho do artista que, portanto, é um trabalhador, cujo trabalho possui relevância social.**

O mito da cultura como puro lazer.

Esta mesma visão da cultura, que concebe as criações culturais como uma necessidade dos seus próprios criadores, por outro lado imagina a fruição estética e o consumo de bens culturais como mero lazer ou entretenimento. A cultura também é lazer e entretenimento, mas não apenas isto. O acesso aos bens culturais é um processo de obtenção de conhecimento, no qual o indivíduo se relaciona com a coletividade, tanto a sua comunidade próxima quanto a humanidade inteira, e tanto com seus contemporâneos quanto com seus antepassados. Neste processo gera-se a identidade cultural,

desenvolve-se as capacidades intelectuais e sensoriais, abre-se o espírito para novas possibilidades e novos horizontes. É preciso, pois, enfatizar a importância do acesso aos bens culturais para além da pura fruição estética e, mais ainda, para além do lazer e do entretenimento. Cabe, assim, um **argumento do crescimento humano: A promoção das atividades culturais propicia à população oportunidades de lazer e de entretenimento. Entretanto, o acesso aos bens culturais produz muito mais do que isto. Ele permite às pessoas a obtenção de conhecimentos, a expansão das capacidades humanas, o desenvolvimento da criatividade e da criticidade, a elevação da sua auto-estima pelo auto-reconhecimento enquanto partícipe de uma cultura, membro de uma comunidade e herdeiro de um legado histórico-cultural. Ele produz, por conseguinte, bem-estar pessoal e social e, mediante isto, abre caminhos para o desenvolvimento social e humano.**

O mito da cultura como demanda elitista

Muito embora o desenvolvimento cultural não se tenha colocado ainda, no Brasil, como bandeira ou como reivindicação popular, a sua importância para o desenvolvimento social e humano nega o caráter de demanda elitista com que freqüentemente as propostas de movimento cultural são rotuladas. Além disso, a expansão das atividades culturais significa a efetivação de direitos já consagrados – o direito de expressão cultural, o direito de acesso aos bens culturais, o direito à memória cultural – que são indissociáveis dos demais direitos humanos. Em vista disto, pode-se propor o **argumento da democracia: A expansão das atividades culturais é um fator de desenvolvimento da democracia na medida em que resulta na efetivação de determinados direitos já consagrados, inclusive na nossa carta magna -o direito de expressão cultural, o direito de acesso aos bens culturais, o direito à memória cultural. É um fator de desenvolvimento e afirmação da democracia também porque a efetivação dos direitos culturais desenvolve o senso cívico e gera cidadãos mais conscientes das suas responsabilidades, assim como dos problemas da sua comunidade, proporcionando-lhes o pleno exercício da cidadania.**

O mito da superfluidade da cultura

As concepções equivocadas acerca da real importância da cultura não são privilégio de alguns administradores públicos, mas alcançam muitas das mentes mais brilhantes que conhecemos, não faltando intelectuais respeitados que afirmam taxativamente que não se pode pensar em grandes investimentos culturais em um país como o nosso, onde há fome e miséria. Eles esquecem, como se vê, que as atividades culturais também possuem uma dimensão econômica, e que implicam trabalho, produção, emprego, renda, cadeias produtivas. Desconhecem pesquisas, especialmente de iniciativa governamental, que dão conta de que os investimentos em cultura, atualmente, possuem um potencial de geração de emprego e renda muito maior do que o da indústria, por exemplo, o que significa que a expansão dos investimentos em cultura não aponta apenas para o desenvolvimento cultural que almejamos, mas também para o desenvolvimento econômico que desejamos. Desconsideram, finalmente, que na atual etapa do desenvolvimento capitalista mundial, o crescimento econômico se opera basicamente no setor terciário, onde se inscrevem as atividades culturais, enquanto as atividades primárias e de transformação encontram-se estagnadas e empregam cada vez menos trabalho vivo, ao mesmo tempo que o conhecimento está se tornando o principal fator de produção, em face da presente revolução tecno-científica. O **argumento do desenvolvimento** poderia ser assim: **Os investimentos públicos em cultura e as atividades culturais não têm por mérito apenas o presumível crescimento espiritual**

da sociedade, conquistas intangíveis, ganhos subjetivos. Os investimentos públicos em cultura se tornaram, na contemporaneidade, instrumentos fundamentais do desenvolvimento econômico, em parte porque na presente etapa do desenvolvimento capitalista mundial a expansão das forças produtivas se localiza fundamentalmente no setor terciário da economia, ao qual pertencem as atividades culturais, e em parte porque o conhecimento, que resulta da criação e da transmissão de cultura, está se tornando, ele próprio, na principal força produtiva da sociedade. Desse modo, a cultura deixa de ser uma possibilidade e um produto do desenvolvimento, porque se torna um fator e uma condição do desenvolvimento.

João Carlos Silveira de Souza, 48, militante da cultura, sociólogo, servidor público municipal (Florianópolis), comunista, marxista e gramscista, republicano intransigente e democrata radical, canceriano, flamenguista e pai do Ulysses.

www.joaocarlos.blog.br